

REFORMA TRIBUTÁRIA

Carga com pets fica mais alta

Para evitar o aumento de até 30% no imposto, entidades querem incluir serviços médicos animais na alíquota reduzida

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*
» FERNANDA STRICKLAND

A reforma tributária, em debate na Câmara dos Deputados, pode aumentar em até 30% a carga tributária dos serviços de saúde para os animais domésticos — os pets. Isso porque, o projeto que regulamenta o novo sistema tributário deixou os serviços médicos para pets fora da alíquota reduzida de 60%, ao contrário do que foi feito com a saúde humana.

Para debater a questão, os deputados Vitor Lippi (PSDB-SP) e Odair Cunha (PT-MG), principais vozes na defesa dos animais na Câmara, pretendem promover uma audiência pública para discutir o assunto, já que a não adoção da alíquota reduzida pode acarretar um aumento que varia entre 15% e 30% no valor final do serviço para os tutores. A principal preocupação é porque não existe o serviço público de saúde animal, como é o SUS para as pessoas.

A saúde animal está intrinsecamente ligada à saúde pública, segundo Otto Nogami, economista e professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper). Nogami argumenta que os animais de estimação não tratados podem contribuir para a propagação de doenças zoonóticas, que afetam a saúde humana também.

“Os legisladores precisam considerar os impactos de longo alcance que decisões fiscais podem ter não só na economia, mas também no bem-estar social e animal. Medidas como essa requerem uma avaliação cuidadosa para garantir que não apenas os custos sejam gerenciáveis para os consumidores, mas também que o acesso ao cuidado

necessário para os animais de estimação seja sustentável e equitativo”, diz Nogami.

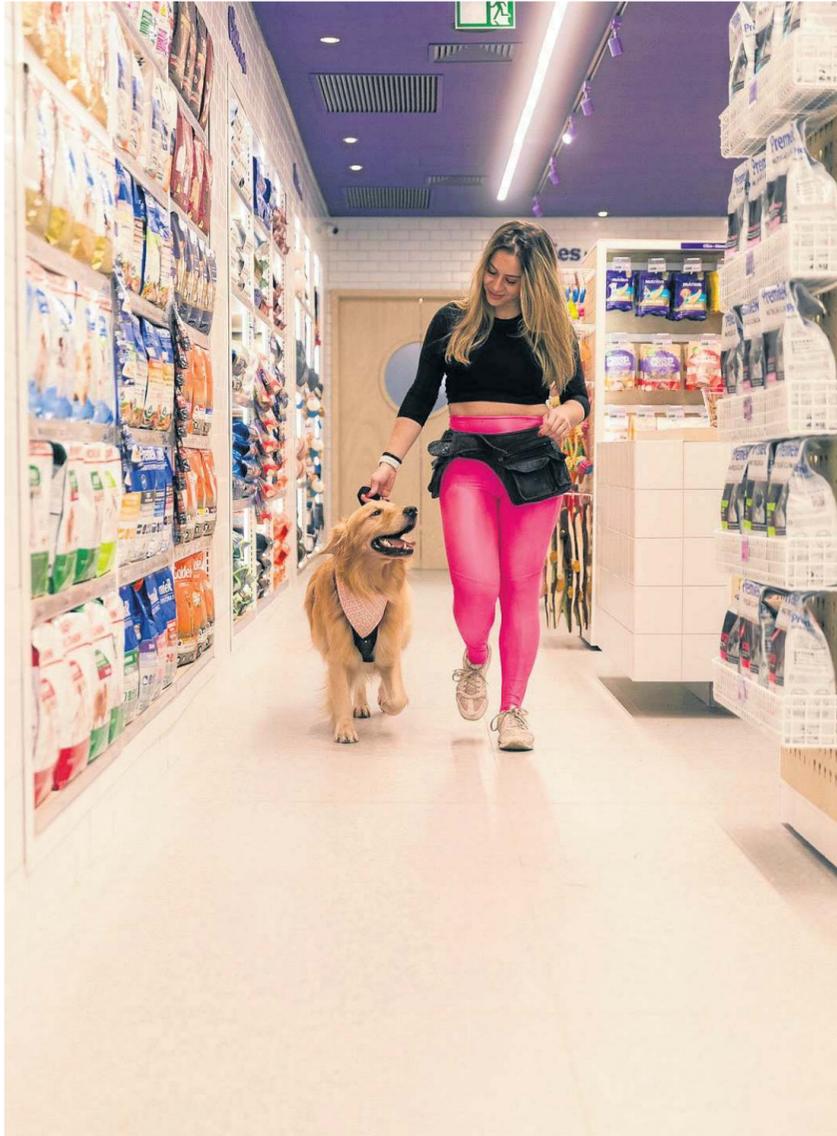
Segundo a advogada tributarista Daniela Teixeira, a tentativa do setor de pets de equiparar a alíquota aos planos de saúde humanos seria para dar a mesma importância aos animais. “Enquanto a redução das alíquotas garantida para os serviços veterinários é de cerca de 30%, a redução prevista para planos de saúde humana é de 60%. O setor pet tem feito movimentos no âmbito legislativo com o objetivo de garantir aos planos de saúde e serviços veterinários a mesma redução conferida para a saúde humana, considerando o crescimento e importância do setor para a sociedade”.

O advogado especialista em direito tributário, Guilherme Di Ferreira, explica que as tributações em cima dos planos de saúde de animais domésticos são as mais expressivas. “Hoje, as tributações são de 11%, se for implementado, passariam para quase 30%, e esse valor precisa ser repassado aos tutores”.

Para Di Ferreira, a solução seria diminuir a alíquota de serviços de saúde de animais. “As tributações da prestação de serviços ligados aos animais precisam ser reduzidas, para que seja cobrado apenas 60% (da alíquota padrão)”, diz.

“A proposta do governo federal envolve a redução dessa alíquota geral para os serviços veterinários em 30%, com o objetivo de mitigar o aumento da carga. O setor entende, no entanto, que esse benefício não será suficiente para compensar o aumento da tributação, uma vez que a redução resultará em uma alíquota de 18,55%, ainda potencialmente superior ao cenário de tributação atual”, completa Teixeira.

Arquivo pessoal



O golden Doge é alérgico, o que obriga a sua tutora Aline a ter gastos mensais de R\$ 1 mil com o pet

Desamparo

Doge é um golden retriever treinado como cão de serviço, mas é alérgico e precisa de atendimento de saúde todos os meses. Sua dona, Aline Prado, de 37 anos, conta que os gastos com o animal passam de R\$ 1 mil todos os meses, além do plano de saúde. Ela considera injusta a elevação da carga. “Não acho que seja justo um aumento dos preços, já que as despesas com saúde veterinária não são deduzidas no Imposto de Renda, por exemplo, como acontece com saúde humana. Não me parece justo comigo, com outros tutores, mas principalmente com abrigos que cuidam de tantos animais”, argumenta.

No Brasil, existem 149,6 milhões de animais de estimação, sendo 30 milhões animais de rua, uma das maiores populações de pets do mundo, segundo o censo do Instituto Pet Brasil (IPB), divulgado em 2022. Os números mostram um aumento de 3,7% da população de pets em comparação ao relatório de 2020. Segundo o Instituto, os tutores gastam um valor médio de R\$ 300 reais com animais de pequeno porte e mais de R\$ 530 reais com animais de grande porte todos os meses.

O setor de produtos, serviços e comércio de animais de estimação lucrava quase 52 bilhões de reais em 2021, um aumento de 27% desde a pandemia, segundo o mesmo censo do IPB. Com o crescimento dos lucros, o Brasil se consolidou como o sexto maior mercado de pets do mundo, e o aumento será exponencial para os próximos anos, como mostra o relatório.

*Estagiária sob supervisão de Edla Lula

COMÉRCIO EXTERIOR

Mercosul: novas regras reduzem custos

» RAPHAEL PATI

O Mercosul aprovou uma série de alterações no regime de origem (ROM) do bloco que já entram em vigor a partir do dia 18 de julho. As mudanças estavam em processo de discussão desde 2019 e foram definidas e acordadas pela reunião da cúpula do grupo, em julho do ano passado, com o objetivo de simplificar e facilitar o comércio intrabloco do mercado comum.

Entre as medidas, a exigência de certificado para comprovar a origem de produtos para transações que envolvem apenas países do grupo será revogada. O modelo atual já está em vigor há mais de duas décadas e é necessário para garantir as aplicações das tarifas preferenciais do bloco.

A partir do próximo mês, os países poderão solicitar que os sócios aceitem apenas uma “autodeclaração de origem”, o que deve tornar o processo menos burocrático. O governo brasileiro, no entanto, ressalta que a solicitação deve ser feita com pelo menos seis meses de antecedência da implementação desta autocertificação. O governo federal também estima que, com o fim da obrigatoriedade do certificado, os exportadores devem ter uma economia estimada em R\$ 10 milhões por ano. Apesar de se tornar facultativa, a certificação ainda será válida.

Outra mudança que deve vigorar a partir de julho será a facilitação para as aduanas dos países importadores consultarem os produtores e exportadores. Essa interlocução será conduzida de forma mais simples e direta, com a revogação da exigência de abertura de processo formal de investigação de origem.

Uma das vantagens será a agilidade maior para garantir a liberação de operações comerciais sob dúvida. O governo

Divulgação/Mdic



Mudanças visam reduzir custos no comércio exterior. Exportadores podem economizar até R\$ 10 milhões

ainda projeta uma redução de custo administrativo para os países do bloco, com o fim desta obrigatoriedade. Também acredita que a fiscalização da Receita Federal será mais ágil para combater possíveis fraudes nessas operações.

Também haverá aumento do percentual máximo de componentes estrangeiros para que os produtos sejam considerados de origem do Mercosul. O limite, que atualmente é de 40%, passa a ser de 45% a partir do próximo dia 18. Essa alteração vale para todos os produtos industriais e para 80,5% dos agrícolas. Para o restante, a regra dos 40% continua a valer.

As exportações de produtos originários dentro do bloco também poderão ser realizadas por meio de um recinto alfandegado

localizado em um terceiro país. Segundo o governo, a medida tem como objetivo otimizar a logística e reduzir custos operacionais nessas transações.

Custo Brasil

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, avalia que as medidas devem melhorar o ambiente de negócios do país. “Esta é nossa obsessão: desburocratizar e diminuir custos para o produtor e o exportador são essenciais para dinamizar a indústria e o comércio exterior”, destaca.

Para a secretária de Comércio Exterior do MDIC, Tatiana Prazeres, as mudanças no ROM são um passo importante para facilitar o

comércio intrabloco e fortalecer a integração econômica dos países-membros. As novas regras favorecem o fluxo comercial entre os países, impulsionando a competitividade das empresas e gerando novas oportunidades de negócios”, afirma.

As novas regras do Regime de Origem do Mercosul valem apenas para o comércio entre os países membros do bloco. Ou seja, as exportações para países terceiros continuam a seguir as normas específicas de cada país. A Secretaria de Comércio Exterior (Secex) recomenda que as exportadoras e importadoras se familiarizem com as novas regras para se adequarem às mudanças e aproveitar ao máximo os benefícios das novas medidas. A secretaria também reforça que as empresas podem consultar



Esta é nossa obsessão: desburocratizar e diminuir custos para o produtor e o exportador são essenciais para dinamizar a indústria e o comércio exterior”

Geraldo Alckmin, vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

o Manual do Novo Regime de Origem do Mercosul para obter mais informações.

Vale destacar que o Mercosul ainda pleiteia um acordo comercial com a União Europeia (UE), que vem sendo rejeitado por alguns países do bloco europeu. Na semana passada, quando participou da reunião do G7, na Itália, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva revelou que o mercado comum está pronto para assinar o acordo.

No entanto, as eleições do Parlamento Europeu, que elegeram um número maior de conservadores, podem causar mais dificuldades para a assinatura do tratado. Na ocasião, ele discutiu o assunto com a presidente da Comissão Europeia, Ursula Gertrud von der Leyen, na região da Puglia.

Liderança entre estatais

A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (SEST/MGI) divulgou o Relatório de Execução Orçamentária das Empresas Estatais com dados atualizados até o mês de abril de 2024. A média geral obtida pelas administrações portuárias neste período foi de 14,2%.

Com uma taxa de execução de 16,5% de suas dotações orçamentárias, a Autoridade Portuária PortosRio superou a média geral e atingiu o melhor resultado de execução orçamentária entre os portos públicos do país. A empresa também ficou na 5ª colocação entre todas as empresas estatais federais.

“Este desempenho reflete o compromisso da companhia e seu corpo funcional com a gestão eficiente e transparente dos recursos públicos destinados ao desenvolvimento de suas atividades, entretanto, nossas metas são muito ambiciosas e o monitoramento dos investimentos é permanente”, destacou o presidente da PortosRio, Francisco Martins.

A empresa assinou, na última segunda-feira (17/6), um acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos de cooperação técnica com o Parque Tecnológico Itaipu (PTI). Os principais objetivos do termo são a implementação de projetos de pesquisa, desenvolvimento, infraestrutura e descarbonização no setor. A medida visa à modernização dos portos.

Com a parceria, busca-se promover mais eficiência e segurança nas atividades portuárias. Com isso, pretende-se impulsionar a competitividade dos portos brasileiros no mercado global. Martins destacou que a parceria será “um salto de qualidade” na infraestrutura brasileira, marcando posição no “cenário internacional”.